



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

03 de Dezembro de 2010, 14h45

ACTA NÚMERO 62

Presenças: Telmo Correia (CDS-PP), Teresa Venda (PS), Miguel Laranjeiro (PS), Nuno Reis (PSD), Pedro Soares (BE) e Agostinho Lopes (PCP).

Ordem do dia:

Audição no âmbito da apreciação dos Projectos de Resolução 305/XI/2ª (PCP) "*Termas de Vizela - É urgente reabrir*"; 311/XI/2ª (CDS-PP) "*Recomenda ao Governo a reabertura urgente das Termas de Vizela*" e 315/XI/2ª (BE) "*Recomenda ao Governo a extinção da concessão à Companhia de Banhos de Vizela da exploração das Termas de Vizela e adopte os procedimentos necessários à reabertura da actividade*"

O Senhor Deputado Agostinho Lopes, enquanto coordenador dos trabalhos da reunião, por delegação do Presidente da Comissão, impossibilitado de comparecer, deu as boas vindas à delegação do Sindicato de Hotelaria do Norte, chefiada por Francisco Figueiredo, bem como à delegação do Movimento de Cidadãos pela reabertura das Termas de Vizela, liderada por Vítor Cunha. A Associação Comercial e Industrial de Vizela e o Movimento de Comerciantes do Vale de Vizela, que tinham confirmado a participação na audição, acabaram por não comparecer. O Senhor Deputado Agostinho Lopes deu ainda conta do convite efectuado ao Presidente da Câmara Municipal de Vizela para participar numa audição prévia, convite declinado pelo autarca que considerou que a audição seria mas profícua após a conclusão do processo negocial. De seguida, o Senhor Deputado Agostinho Lopes apresentou os Senhores Deputados presentes, passando de imediato a palavra aos interlocutores.

Interveio primeiramente o Sindicato de Hotelaria do Norte, que deu conta do historial do processo do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, das diligências efectuadas junto do Governo, através da Secretaria de Estado do Turismo, considerando necessário que a resolução do problema passe por (i) ser retirada a concessão da água ao seu actual detentor e (ii) um envolvimento da Câmara Municipal de Vizela e do Governo.

O Movimento de Cidadãos pela reabertura das Termas de Vizela distribuiu um dossier sobre a petição pública em curso de recolha de assinaturas, considerando que o encerramento das Termas se regista num momento de aumento da procura das actividades de turismo e termalismo sénior, e que o problema reside na falta de entendimento entre o sócio maioritário (com 51,2% do capital) e os sócios minoritários (com 48,8% do capital). Informou que as Termas são as segundas mais procuradas a nível nacional, com cerca de 5.000 aqúistas em época alta (e 2.900 em época baixa). Realçou, ainda, a importância das Termas para a economia local e regional.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados. Começou por intervir o Senhor Deputado Telmo Correia, considerando como muito importante auscultar a posição da Câmara Municipal e registando a importância do património e das infra-estruturas, questionando como repartir o mesmo em caso de partição da concessão, conforme proposto pelo Movimento. Enfim, questionou as duas entidades sobre a sua leitura da posição do Governo.

O Senhor Deputado Pedro Soares realçou a importância da participação dos cidadãos através da Petição, lamentando igualmente a ausência da Câmara Municipal na audição, indagando sobre se alguma das entidades sabia a posição da edilidade sobre a matéria. Questionou, de seguida, sobre eventuais iniciativas da empresa detentora da concessão, findo o prazo de 90 dias concedido no despacho de suspensão da actividade, e se a dilatação do mesmo favorecerá alguma das partes envolvidas no processo. Enfim, questionou sobre o que é que os pequenos accionistas vêem como possível solução para a rápida reabertura das Termas.

O Senhor Deputado Nuno Reis informou o acompanhamento deste processo, considerando fulcral a reabertura das Termas, e questionando sobre a existência de negociações entre a Câmara Municipal e o Governo.

O Senhor Deputado Miguel Laranjeiro considerou que a autarquia é das entidades mais interessadas em resolver o problema, realçando o consenso entre os Grupos Parlamentares sobre o empenho em reabrir as Termas, no interesse das mesmas, dos seus trabalhadores e da população de Vizela. Questionou sobre os problemas jurídicos, bem como a situação dos trabalhadores da empresa, a organização dos pequenos accionistas e as consequências da eventual partição da concessão.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes considerou que o Governo deveria garantir uma solução estável de reabertura das Termas, reiterando o papel central das mesmas na dinâmica de desenvolvimento do concelho. Deu como boa prática a existência de uma empresa municipal a gerir as Termas das Taipas, no concelho de Guimarães.

Respondendo às questões colocadas, o Sindicato de Hotelaria do Norte deu conta da existência, à data de hoje, de 8 trabalhadores na empresa (1 dos quais em *lay-off*), ainda que no passado chegassem aos 65, valor que poderá ser triplicado se houver a modernização das Termas, e no contexto de forte aposta no turismo sénior e no turismo da saúde. Reiterou a opinião sobre a inacção do Governo, após o primeiro alerta lançado pelo Sindicato em 2008. Reforçou, ainda, o desentendimento entre os sócios. Concluiu referindo que a Câmara Municipal deveria ter uma posição decisiva em todo o processo.

O Movimento de Cidadãos considerou que a proposta de partição da concessão está bem feita, respeita o património existente segundo critérios naturais e geográficos e merece o acordo do edil do concelho. Informou da existência de cerca de 100 pequenos accionistas, que propõem, para que a sua participação no processo seja activa, (i) a retirada da concessão tal



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

como esta existe à data e que (ii) a Câmara Municipal efectue o pagamento das rendas das instalações e o aluguer do equipamento. Referiu, ainda, não existirem problemas jurídicos, dado que a empresa retirou a queixa contra o Estado há 4 anos e que este ainda nem sequer assinou a concessão.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes agradeceu as informações prestadas e deu conta que, em sede de reunião da Comissão, discutiriam o resultado da presente audição, bem como outras questões que se afigurassem como oportunas, tal como a posição da Câmara Municipal de Vizela e do Governo sobre esta matéria.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 03 de Dezembro de 2010.

Agostinho Lopes
Deputado responsável pela audição